B. N. L.
05. JUL 1975
DEP. LEG.

N.º 131 - 5 DE JULHO 1975 - 7$50

Expresso

DIRECTOR: FRANCISCO PINTO BALSEMÃO

SUB-DIRECTORES:
AUGUSTO DE CARVALHO/MARCELO RÊBELO DE SOUSA

Rua Duque de Palmela, 37-2.º-Dt.º
telfs. 535968/9 - 572569 — Lisboa

24 horas

Agricultura tema básico do C. de Ministros

NUMA reunião que se prolongou por cerca de 12 horas, esteve ontem reunido o Conselho Restrito de Ministros, que contou com a presença dos titulares das pastas do PESA, AT das Finanças, Agricultura, Defesa, AS, Trabalho, TC, Indústria e Tecnologia e Secretário de Estado do Ambiente.

Analizados diversos diplomas relacionados com a reforma agrária a aplicar de imediato em várias zonas do país, nomeadamente no Alentejo. Ficou assente o projecto do decreto de lei fixando as normas a que deve obedecer a expropriação de determinados prédios rusticos, dando-se como exemplo — e segundo a aplicação de uma tabela própria — aqueles que correspondam mais de cinquenta mil pontos (significando ponto um hectare ou uma unidade ou independentemente desse requisito, ultrapassou uma área de 700 hectares.

Foi definido igualmente o projecto de decreto lei extinguindo todas as coutadas com excepção das reguladas no decreto-lei 733-74. Será estabelecido o ordenamento cinegético do território com zonas onde será interdito o exercício da caça.

Ainda no respeitante ao trabalho agricola e sua regulamentação introduzem-se inovações nas quais se solicita a concecção do direito a férias.

Finalmente merece referência a proposta de exoneração do cargo de presidente do Conselho de Administração da S.N.T., propriétária do jornal "O Século", do major do S.A.M., Aventino Alves Teixeira.

Bancários degladiam-se

EM AMBIENTE de grande efervescência milhares de bancários reuniram-se ontem, à noite, na Voz do Operário, em assembleia geral.

Num tom quase sempre acalorado (e ao qual as várias tentativas da presidência da mesa para serenar os ânimos resultaram invariavelmente frustradas) os intervenientes na reunião encontraram obstáculos difíceis de ultrapassar.

Assim, a tónica da acidentada assembleia foi dada pela impraticabilidade das duas correntes (políticas) em confronto acertarem um acordo ao menos tácito. Isto é a unidade da classe bancária.

Sofrendo sucessivas interrupções os oradores — consoante as posições que defendiam— assim eram vaiados ou aplaudidos, respectivamente pelas duas facções opostas.

Poucos foram capazes de levar a água ao moinho. O espectáculo foi triste e por vezes degradante. Com insultos pessoais e quejandos pode-se dizer que os bancários pouco ou nada adiantaram no sentido de solvência dos múltiplos problemas que afectam a classe. A não ser o terem cavado mais fundo o fosso que os separava e dividia.

Cabo Verde independente

A DELEGAÇÃO portuguesa que partiu esta madrugada para a cidade da Praia, em representação oficial às cerimónias da independência de Cabo Verde, é presidida peló primeiro-ministro Vasco Gonçalves e constituída pelo general Carlos Fabião, capitão Graça Cunha, primeiro-tenente Judas, major Sousa Lobo e primeiro-tenente Rosário Dias, que representam o Conselho da Revolução, e pelos ministros Almeida Santos, Pereira de Moura e Magalhães Mota, na representação governamental. Os partidos Comunista e Socialista serão representados, correspondendo a convite especial, pelo secretário-geral Álvaro Cunhal e pelo chefe do grupo parlamentar, Lopes Cardoso, respectivamente.

A cerimónia que consagrará a independência de Cabo Verde está prevista para as 11,30 horas de hoje, no estádio da Várzea, na cidade da Praia, prevendo-se o regresso da representação portuguesa para a tarde de amanhã.

Saídas da R.T.P.

DENTRO da remodelação da «Política de Informação» em curso, deverão abandonar, em breve, as suas funções na RTP o Tenente-Coronel Galhardo e o Tenente-Barão dos Santos, respectivamente Presidente e Director do Departamento de Informação.

Congresso Pastoral em Lisboa

PRINCIPIA na próxima segunda-feira um Congresso Pastoral, em que participam sacerdotes de vários países da Europa. A última hora, os participantes da República Federal da Alemanha não vieram, alegando temer a situação política no nosso país.

Novos subsecretários

COM VISTA ao reforço da infra-estrutura governativa nos departamentos económicos e financeiros, está prevista para breve a nomeação de membros do Governo, ao nível de subsecretários, tanto no Ministério das Finanças, como, eventualmente, nalguns dos Ministérios económicos.

Costa Gomes (ao cabo de um dia de boatos)

"Estamos coesos na acção"

DEPOIS DE UM DIA de boatos alarmantes, o Presidente da República e Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas, entendeu aceder à solicitação que, segundo julgamos saber, lhe foi feita de S. Bento e, ontem, no fim da tarde, tranquilizou o país.

Os boatos que, durante a semana, tinham sido objecto de uma campanha preparatória (ver pág. 3 — Esta semana...) foram rapidamente propaladas por todo o país (até da Madeira recebemos telefonemas de leitores), no dia em que comissões de trabalhadores, com a adesão de organizações de esquerda, haviam convocado, para o fim da tarde (ver notícia do país) manifestações em Lisboa, onde à noite se realizava também a Assembleia Geral do Sindicato dos Bancários.

Entretanto, houve partidos que convocaram os militantes para as sedes e, na Assembleia Constituinte, diversos deputados nomeadamente do PC ausentaram-se.

À leitura da exposição do general Costa Gomes assistiram quase todos os membros do Conselho da Revolução, sendo-nos frisado que as ausências se deviam apenas à convocação tardia para o Palácio de Belém.

Com esta iniciativa, o MFA mostrou a sua unidade (sem negar a existência de correntes de opinião entre militares, como homens livres de um povo que se realiza) e desmascarou uma ofensiva de boatos que preocupou muitos portugueses.

Resta agora apurar, com exactidão e rigor quem propagou os boatos, como o fez, porque o fez: A quem interessa que os portugueses falem demais e trabalhem de menos? Quantas reacções há e quem as orienta?

"Pagando o preço de ser livres"

Foram as seguintes as palavras do Presidente da República:

A Crise económica exige muito trabalho e poucas palavras; o que, infelizmente não é um hábito generalizado.

Se hoje venho falar a todos os portugueses, é porque — como sempre que falo — entendo cumprir um dever ou prestar um serviço ao povo a que pertenço.

Entendo que, mais uma vez, se torna necessário sublinhar que estamos falando demasiado e trabalhando excessivamente pouco.

Vem isto a propósito de uma verdadeira ofensiva de boatos que, sobretudo nos últimos dias, está a conduzir o país a um ambiente doentio de agitação e ansiedade, clima muito propício a situações contra-revolucionárias adversas da tranquilidade, da ordem e do trabalho.

Nesses boatos, cujas origens desconheço, o denominador comum é, essencialmente, a projecção da ideia de que há antagonismos graves no seio das Forças Armadas.

Afirmam-se divergências insanáveis no interior do MFA, incluindo entre elementos do Conselho da Revolução. As fontes dos boatos sempre afirmam o que desejariam na esperança de provocar o acontecimento.

O boato — hoje como ontem — é sempre a arma traiçoeira com a qual o tímido ataca o forte e o generoso.

Como Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas tampro-me informar, hoje e agora, sobre a situação das Forças Armadas, o braço forte de um povo em marcha para o socialismo.

Não nego a existência de correntes de opinião entre militares, como homens livres de um povo que se realiza.

Não negaria que, felizmente, no Conselho da Revolução temos o hábito de discutir livremente com a serena certeza de que no curso dos trabalhos sempre encontraremos uma solução útil.

No entanto, só forças contra-revolucionárias se podem interessar, a partir do salutar pluralismo de opiniões, extrapolar doentiamente para situações de confronto.

Hoje como chefe do Estado Maior General das Forças Armadas vos afirmo que estamos coesos na acção, decididos a defender a ordem e a tranquilidade do povo português, determinados a vencer com disciplina e trabalho.

Não hesitarei em referir que neste momento da nossa revolução socialista o que é essencial é trabalhar mais e produzir melhor.

Necessitamos de serenidade, de uma atmosfera de calma física e psíquica que nos conduza a patamares novos de tolerência e disciplina nos trabalhos e sacrifícios a enfrentar.

Antes de terminar pediria a todos os portugueses que se tornassem verdadeiros revolucionários.

Hoje um verdadeiro revolucionário é aquele que:

— Trabalha mais e produz melhor do que ontem.

— É limitado e construtivo nas suas reivindicações e exigências.

— Não contribui para a propalação de boatos, afinando o seu espírito crítico por padrões serenos e saudáveis.

— Tem comportamentos e atitudes que contribuem para um clima de sensatez, tolerância e disciplina social.

Termino com a esperança de que estamos pagando o preço de ser livres e apenas isso. Boa noite, o trabalho espera por nós.

Otelo, R. Correia Castro e V. Lourenço

Depois das palavras de Costa Gomes, tivemos ocasião de trocar algumas impressões com membros do Conselho da Revolução. Otelo Saraiva de Carvalho disse ao EXPRESSO que "se existisse uma total confiança entre o povo português, o MFA e os partidos políticos, seria completamente desnecessária esta vinda aqui de todos nós e esta declaração do Presidente da República, sobre a união muito forte que existe no MFA". E acrescentou: "O meu desejo seria que ejta coesão muito forte que existe entre nós, e que os boatos não podem abalar, existisse também ao nível dos partidos políticos, de forma a dar-se ao povo português a confiança pela qual ele anseia e deseja. E que ele não tem de forma alguma, porque se tornou muito pouco, muito devido às lutas partidárias, encontrando-se agora impossibilitado de acreditar em tudo aquilo que lhe é afirmado. E eu verifico isso com muito gosto."

Também o comandante Ramiro Correia, fez para o EXPRESSO a sua leitura dos acontecimentos da tarde de sexta-feira:

"O que é importante, é, através desta manifestação de unidades das Forças Armadas, independentemente de nós não sermos efectivamente decididos uns dos outros, conseguirmos esta unidade. E o que transparece de tudo isto não é tanto a aparência mas sim uma realidade; porque é verdade que nos Conselhos da Revolução discutimos muito, mas estamos todos perfeitamente integrados e interessados em seguir no processo dentro duma linha unitária. Gostaria também de pedir a todo o povo português que fizésse um esforço muito grande para não dar seguimento a boatos. Existem condições, e até já existem organismos, com os quais se pode entrar em contacto para aclarar se determinada declaração, é ou não verdadeira".

Segundo o capitão Castro, do Conselho da Revolução, "o clima generalizado de instabilidade política decorre ie de uma série de boatos que foram lançados por quem está interessado em lançar um clima de agitação, sobretudo ao nível político, justificou plenamente que elementos tão marcantes da actividade política nacional, como o presidente Costa Gomes, o general Vasco Gonçalves e o general Saraiva de Carvalho, e o próprio Conselho da Revolução tivessem querido aparecer juntos perante o país." E continuou: "Como sabe, haria também uma série de conflitos laborais e outros ainda, como os da "República" e da "Renascença", que, no seu conjunto, fizeram com que no dia de hoje, os boatos se avolumassem, o que levou o Conselho da Revolução a vir aqui dizer expressamente que pela sua parte não está preocupado com a situação. Aliás, já dissemos claramente ao país qual é a verdadeira situação económica e penso que o Presidente foi claro ao afirmar que é necessário falar menos e trabalhar mais. E quanto a mi ao falar é necessário fazê-lo em termos formativos e pedagógicos e de mobilização das pessoas. Neste capítulo da mobilização, penso que ela deve existir ao nível geral para a batalha económica, da produção, da exportação, contra os deficites, nos serviços públicos, nas empresas, batalha contra o desperdício, enfim."

Na opinião do capitão Vasco Lourenço, o dia de ontem foi vivido através duma onda de boatos excepcionalmente alarmante e anormal, que ele atribui a mais um ataque da reacção, tentando desestabilizar divisionismos dentro das FA.

"Claro que refuto um monolitismo de opinião em todos nós, é certo que há divergências de opinião, cada um de nós tem direito à sua opção. Por vezes, há discussões exaustivas até que se chegue a um consenso geral." Reportando-se depois à Assembleia do Exército, que teve lugar na quinta-feira, Vasco Lourenço afirmou:

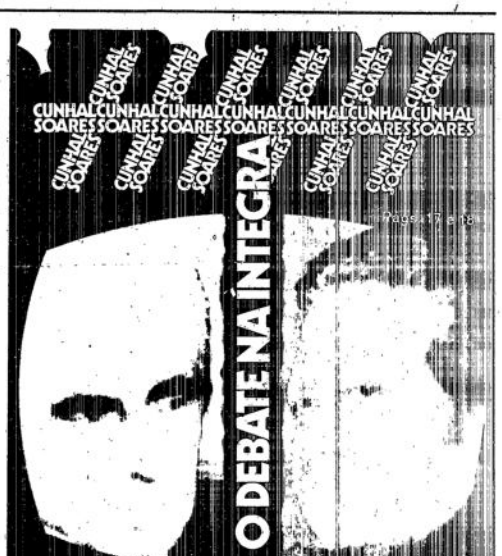
"O debate que teve lugar na assembleia do Exército, foi o mais coeso e unitário e calmo dos que temos tido. Num assunto ou noutro, houve divergências de opinião, houve discussão, o que é absolutamente normal. Lançar para o ar que o debate tinha sido agitado, como o fez o «Diário de Notícias», e inclusivamente escolher, como foi o caso duas fotografias tiradas no intervalo — e em que numa delas nem se dá que foi feita no intervalo da sessão, em que o pessoal está à vontade, uns sentados outros de pé, junto da mesa, conversando como se faz nos intervalos, lança dúvidas, preocupações, nos espíritos das pessoas, exactamente não se dizendo que é ao intervalo. Considero isso um acto profundamente contrarevolucionário, porque é totalmente falsa a ideia transmitida de que a assembleia foi agitada. Referiu-se ainda o capitão Vasco Lourenço ao facto de «se dizer que há muitas divisões entre os quadros do MFA, e elementos do C. R., pondo um lado o general Otelo Saraiva de Carvalho, e para outro o Primeiro-Ministro». Colocou-me, disse-nos até noutra linha. A volta de mim tem corrido boatos tendentes a dizer que quero tirar o lugar a toda a gente..."

EXPRESSO: A volta de si tem apenas corrido afirmações, e talvez já não haja boatos, e para que será vise-primeiro ministro do IV Governo Provisório...

VASCO LOURENÇO: Não está nada decidido sequer que esse cargo venha a ser criado.

EXPRESSO: Mas fala-se com insistência, a todos os níveis....

V.L.: Foi um assunto que se discutiu, mas não com esse sentido. O que se passou foi criar um lugar de ligação mais próximo entre o C. R. e o Governo. E afinal chegou-se simplesmente à conclusão de que ele não era necessário... Tem sido isto que se fala muito em mudanças governamentais, em substituições, mas não passam de boatos. E foi por isso que viemos aqui hoje, mostrar ao país que não há divisões entre nós.



Comentários da Imprensa Francesa

Pág. 16

Quanto tempo duram as reservas portuguesas?

Pág. 14

Portugal entre dois blocos

Pág. 2

Nova frente na "Batalha" sindical

Pág. 4

Construção civil:

Provável declaração do estado de crise

O GOVERNO projecta declarar como sector em crise, a indústria de construção civil. As consequências práticas desta decisão far-se-ão sentir a curto prazo, nomeadamente pelo congelamento na distribuição de lucros ou dividendos aos detentores do capital privado nas empresas do ramo, até ao fim do ano em curso. Prevê-se igualmente a suspensão, até Dezembro de 1975, da contratação colectiva, quer a nível do sector, quer a nível de empresa, sendo os processos de contratação pendentes alvo da mesma medida.

As condições de trabalho serão regulamentadas por diploma legal que vigorará durante o período acima referido, sendo de assinalar que a renumeração máxima permitida aos trabalhadores de qualquer categoria será de 25 contos-mês. Será entretanto criada uma Comissão Nacional de Reestruturação da Construção Civil, a qual terá como funções a programação e coordenação de todo o sector; esta Comissão pode, independentemente da resolução do Conselho de Ministros, substituir administradores e gerentes das empresas sempre que o julgue necessário, determinar o congelamento das respectivas contas bacárias, propôr a prisão preventiva dos suspeitos por sabotagem económica e gerir as empresas sempre que o julgue aconselhável. Estas competências são-lhe conferidas pelos diplomas 660/74 e 222-B/75 que regulamentam os vários tipos de intervenção do Estado nas empresas.

Será, por outro lado, reconhecido o Conselho de Trabalhadores da Construção Civil, constituído por representantes dos trabalhadores, dos sindicatos, da Intersindical Nacional e de outras organizações unitárias, com o objectivo de lançar as bases de um sistema nacional de planeamento e controlo organização da produção.

Controlo dos trabalhadores

Aliás, este princípio poderá ser instituído em relação a todas as empresas com mais de 90 trabalhadores ou que tenham tido nos últimos dois anos um volume anual de vendas superior a 5 mil contos. As comissões a criar nas empresas entre 90 e 100 trabalhadores terão 3 membros, acrescentando-se mais dois por cada grupo de 200 nas empresas que empreguem mais de 100 trabalhadores. Competir-lhes acompanhar a actividade de gestão da empresa (é-lhes aliás reconhecido o direito de informação sobre as formas como as empresas são dirigidas), participar na elaboração e execução da programação, detectar actividades sabotadoras da economia nacional e velar pelo cumprimento dos programas que o Governo tenha estabelecido para os diversos sectores.

Hotelaria e imprensa diária

A indústria hoteleira e a imprensa diária são também sectores em relação aos quais o Governo poderá declarar o «estado de crise», muito embora se desconheçam os pormenores. Apenas no caso da imprensa diária se conhece o relatório elaborado por César de Oliveira a que o EXPRESSO já se referiu.

Cortiça submetida a controlo estatal

Por outro lado, vai ser declarada indispensável e submetida a controlo estatal toda a produção de cortiça anadia — toda a cortiça que se desenvolve após a extracção da primeira (cortiça virgem) que na prática na mesma árvore — já extraída ou a extrair.

Esta medida é aplicável não só nas propriedades expropriadas ou nacionalizadas, como também naquelas onde se obtenham, no ciclo usual de 9 anos, mais de 25 mil arrobas de cortiça. De referir que 95% da área onde se planta e sobreiro se situa a sul do rio Tejo, daí que o controlo vá incidir principalmente nas propriedades dessa zona, pensando-se que o regime jurídico global da cortiça declarada indispensável seja aplicável apenas nos distritos de Beja, Évora, Faro, Santarém, Setúbal e Castelo Branco, e dentro dos próximos 60 dias.

Em números médios, a produção de cortiça no nosso país ronda 150 mil toneladas sendo grosso modo 130 mil de cortiça amadia e 50 mil de cortiça virgem, apenas 10% da produção nacional se destina ao mercado interno sendo o restante para exportação.

De referir que o sector atravessa uma crise resultante da recessão dos mercados tanto interno como externos.

Grupo CUF em foco na nova série de nacionalizações

NA SEQUENCIA do programa de controlo das indústrias básicas da economia portuguesa, prevê-se que sejam nacionalizadas para a semana os sectores de petroquímica e adubos, pirites alentejanas, estaleiros da Setenave e de Viana do Castelo, assim como a principal empresa industrial vidreira e as empresas produtoras de cerveja. (ver pág. 13).

No domínio da petroquímica e adubos serão abrangidas a Sociedade Portuguesa de Petroquímica, os Nitratos de Portugal, o Amoníaco português, e a Companhia Nacional de Petroquímica (CUF e Estado)

As Sociedade de Pirites Alentejanas e Mineira de Santiago, empresas que exploram as pirites do subsolo alentejano, e cujo capital privado é pertença do grupo CUF, passarão também para o Estado.

Dois dos principais estaleiros de construção naval do país Setenave (maioria CUF) e Viana do Castelo, serão também alvo de nacionalização.

A Covina, a maior empresa vidreira de Portugal, terá apenas 70 por cento do capital a nacionalizar, já que 20 por cento é pertença da empresa francesa Saint-Gobain, e cerca de 10 por cento pertence ao Estado, fruto da nacionalização da Banca.

A Sociedade Central de Cervejas, a CUF do Porto, a Cergal, a Copeja e a Imperial, são as cinco fábricas produtoras de cerveja cuja nacionalização é prevista para a semana; de referir que neste sector esta medida implica que as autorizações concedidas e ainda não concretizadas sejam suspensas.

O grupo CUF está, portanto, em foco, nesta nova série de nacionalizações e é de notar que se realiza hoje uma importante reunião geral das Comissões de Trabalhadores das empresas ainda não nacionalizadas desse grupo. Segundo tudo indica, serão postas à votação moções que proporão a nacionalização de todas essas empresas e, para além das três em cima mencionadas, incluindo aquelas em que existe participação de capital estrangeiro, sem qualquer indemnização aos accionistas.

As empresas em causa são umas largas dezenas (em inquérito recente, avaliou-se que a esfera de influência do grupo CUF se alargava a 462 empresas que empregavam 120000 pessoas, das quais cerca de 50000 directamente e 70000 em actividades complementares ou dependentes) e podem dividir-se em dois grandes grupos. Um é constituído pelas empresas ligadas à CAB (Barreiro) propriamente dita e, por seu turno, subdivisível em dois: o das empresas industriais (químicas, têxteis, etc.) e o das empresas de serviços (projectistas, publicidade, sondagens, etc.) No outro grupo, incluem-se a Lisnave e as empresas que dela dependem (ENI, Lisnico, Gáslimpo, etc.) ou a complementam (basicamente a Setenave de que acima se falou).

Em muitas destas empresas, a CUF não detem (nem directamente nem através do emaranhado das suas associadas) a totalidade do capital, pois, desde a respectiva constituição ou por negociações posteriores, foi dando como posições por vezes minoritárias e, na maioria dos casos, à roda dos 50/55%.

As principais empresas em que o grupo CUF está associado com capitais estrangeiros são a Lisnave (44,5% sueco e holandês) e a Fisipe (fibras acrílicas, 49% japonês), além da Celbi (celulose, já nacionalizada, sem que o capital estrangeiro o fosse).

Para além do significado político que a provável aprovação das moções atrás referidas indiscutivelmente terá o Governo, se lhe for posta a questão pelas Comissões de Trabalhadores do grupo CUF, e estiver de acordo com o conteúdo das moções, terá obstáculos vários a enfrentar, não só pelos problemas que levantará a nacionalização do capital estrangeiro, sem indemnizações, como pelas dificuldades, no plano económico, que provocará a dissolução imediata do maior (senão o único) grupo económico português.

Imagens das duas manifestações apartidárias, reunindo muitos milhares de trabalhadores, que ontem, ao fim da tarde, percorreram as ruas de Lisboa numa afirmação maciça da classe operária face ao actual momento político